Título:	**TRABALHO E SAÚDE MENTAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO**		
Autores:	Christopher Moraes dos Santos Kahuany Nunes da Silva Luiza Eduarda Barcellos de Souza Letícia Aline Back		
Área	[x] Humanas [ ] Sociais Aplicadas [ ] Biológicas e da Saúde [ ] Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	[x] Ensino [ ] Pesquisa [ ] Extensão [ ] Inovação

Resumo:

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido na disciplina de Clínicas do Trabalho e Processos Organizacionais, do curso de Psicologia, junto a uma equipe de assistência social de um município do interior do Rio Grande do Sul. A experiência teve como foco a análise do processo de trabalho e de suas repercussões sobre os(as) trabalhadores(as), considerando o contexto de transformações que atravessam a política de assistência social no Brasil. Constituída como direito a partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social passou a integrar a seguridade social, mas, a partir da década de 1990, as reformas do Estado e a adoção de modelos de gestão orientados pela racionalidade neoliberal impuseram desafios à consolidação da rede socioassistencial, repercutindo também sobre as condições e os vínculos de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse cenário, a precarização dos vínculos empregatícios, marcada pela predominância de contratos temporários, produz insegurança laboral e atravessa o trabalho de profissionais que lidam cotidianamente com violações de direitos, violência e situações de extrema vulnerabilidade, exigindo significativo investimento emocional e subjetivo. A partir das Clínicas do Trabalho, compreende-se a organização do trabalho como um campo não neutro, atravessado por disputas e capaz de produzir tanto realização quanto sofrimento. O objetivo foi analisar a relação entre a fragilização dos vínculos de trabalho e suas repercussões na saúde mental dos profissionais. Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido a partir de observações de campo e da aplicação de formulário eletrônico, respondido por 77,8% da equipe. Os resultados evidenciaram a precarização dos vínculos: 77,8% dos trabalhadores possuem contratos temporários, enquanto apenas dois profissionais são concursados, situação que contrasta com as diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, que prevê equipes de referência constituídas por servidores efetivos. No que se refere à saúde mental, 57,1% dos participantes relataram fazer uso contínuo de medicação psiquiátrica e 28,6% informaram já ter realizado afastamentos em decorrência de transtornos mentais. Também foram identificadas dificuldades de desconexão do trabalho e interrupções frequentes dos intervalos de descanso por demandas profissionais. Os achados permitem problematizar o sofrimento psíquico para além de uma perspectiva individualizante, compreendendo-o em sua relação com as condições e a organização do trabalho. A experiência evidencia, assim, a necessidade de espaços institucionais de escuta, reflexão sobre a prática e cuidado com os(as) trabalhadores(as), articulados ao fortalecimento das

condições de trabalho e da própria política de assistência social.
Link do Vídeo: https://drive.google.com/drive/folders/1lkUcA1yC-E0Fd7nsaVY0LWNV5OqegIv9